

ENTREVISTA

Carlos Fernando dos Santos Lima / EX-COORDENADOR DA LAVA-JATO EM CURITIBA

Hoje aposentado, integrante da força-tarefa nega abusos da operação, diz que Ministério Público se enganou ao crer que investigação resistiria à pressão dos partidos e vê como erro juiz e procurador terem se tornado políticos

10 ANOS DA LAVA-JATO

CLAUDE CARVALHO
Obras construídas pelo grupo da Lava-Jato

Integrante da Lava-Jato em Curitiba, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, hoje aposentado, afirma que a operação deixou legado importante ao desmascarar o esquema de corrupção no país. Responsável por negociar a maioria dos acordos de delação fechados na capital paranaense, ele nega abusos, mas reconhece que o Ministério Público errou ao acreditar que sustentaria uma investigação com a amplitude da Lava-Jato diante da pressão política.

Dez anos depois, como avalia o início da Operação Lava-Jato?

Na verdade ela começou um ano antes, em 2013, como uma investigação sigilosa envolvendo direitos. Ninguém imaginava, naquele momento, que a operação se desdobraria daquela maneira. Logo na colaboração do Alberto Youssef tivemos 17 deputados mencionados. A Procuradoria-Geral da República já estava acompanhando e, a partir daí, se constituiu um grupo de trabalho. O crescimento foi exponencial.

O senhor vê erros na Lava-Jato?

Achamos que o Ministério Público teria condições, diante da pressão política, de sustentar uma investigação desestancando. Hoje temos a impressão de que em nenhum país você sustenta uma investigação tão gigantesca. Os Estados Unidos estão aí com problemas com investigações simples envolvendo o (ex-presidente Donald) Trump. Imagino o Brasil com investigações envolvendo todos os grandes partidos? Começo com o PT, mas logo se transformou em investigação do PMDB, do PSDB... O crescimento era inevitável, mas causou impacto difícil de suportar a longo prazo.

Mas a investigação aconteceu independente da pressão, não?

Em um primeiro momento, com as manifestações de rua desde 2013, os políticos estavam divididos. "Essa operação é contra o PT", "contra o fulano detal". O ponto de virada aconteceu na noite do acidente da Chapeiro, quando o (então presidente da Câmara) Rodrigo Maia destruiu



Entrevista: Carlos Fernando dos Santos Lima, à época à frente das investigações da Operação Lava-Jato de Curitiba, em três momentos: em um deles os dois colegas na força-tarefa Deltan Dalagnol

MORO E DELTAN NA POLÍTICA PREJUDICARAM E DIREITA SE APROPRIOU DA LAVA-JATO

as 10 medidas contra a corrupção. A partir desse momento, eles perceberam que poderiam fazer o que quisessem e nos vimos diante de uma pressão enorme. Foram sendo destruídos pouco a pouco os instrumentos legislativos e as decisões judiciais.

Mas concorda que a força-tarefa deixou um legado? Sim, devido que a população tenha consciência de que aconteceu. Ela deixou um legado muito importante, mas que dificilmente vai ser repetido.

Não vai se repetir pelas mudanças legislativas ou porque o MPF já não tem fôlego?

Primeiro porque houve uma mudança legislativa muito forte. Segundo por causa de uma campanha de intimidação de procuradores da República e até de juízes. Eu não concordo na época, por exemplo, com a saída do (ex-juiz e atual senador

Sergio) Moro, mas se ele não tivesse saído talvez tivesse tido o mesmo destino do (juiz afastado Marcelo) Bretas. Talvez até algo pior, uma aposentadoria compulsória.

Houve abusos na condução da Lava-Jato?

Não houve abusos. E se tivesse havido, o Judiciário teve chance de corrigir. Nenhuma decisão do Moro deu origem a uma condenação em outras instâncias. A maior parte dos argumentos contra a Lava-Jato são falaciosos, ingênuos. Mas pegam, porque a maior parte das pessoas tem preguiça de pensar.

Foi um erro a ida de Moro e do procurador Deltan Dallagnol para a política? Prejudicou a imagem da operação?

Não tenho dúvida que prejudicou. Criou um argumento fácil, de modo a jogar tudo para a política. Eu tive uma conversa com o Moro na época, fa-

lando das minhas dívidas quanto à honestidade da proposta do novo governo, porque eu não acreditava no (ex-presidente Jair) Bolsonaro. Achava que, como ministro da Justiça, o Moro teria que se submeter a uma guerra cultural. Ele tem o resto da anticorrupção, mas não do conservadorismo cultural que a direita bolsonarista tem. Na minha opinião, era um erro. Mas, pessoalmente, ele deveria ter ficado? Acho que não. Ele ia acabar sendo perseguido.

O senhor participou da maioria dos acordos de delação premiada e muitos foram anulados por falta de provas. Isso não foi observado à época?

Na Lava-Jato de Curitiba não houve esse tipo de problema. Recusamos a do (ex-ministro Antonio) Palocci por falta de provas. Ele foi à Polícia Federal e fez o acordo. E o STF confirmou. Se houve uma situação

desse tipo na Lava-Jato, foi infeliz, nada que caracterize o trabalho, que foi técnico.

Mas alguns colaboradores dizem que sofreram pressão...

A Odebrecht diz que sofreu pressão. Talvez a pressão da consciência, por ter feito coisa errada. Mas estavam todos no hotel rindo, tomando uísque, antes dos depoimentos na Lava-Jato e na PGR.

Como avalia a influência da operação na política brasileira?

O problema da Lava-Jato é que ela foi apropriada como discurso por um movimento de direita, porque era a forma de se contrapor à esquerda. Isso causou prejuízo enorme. Essa identificação não deveria existir, mas existe na mente de muitas pessoas. Auxiliou nesse aspecto a ida do Moro para o Ministério da Justiça.

Como vê a política hoje?

"Era um erro. Não tenho dúvida que prejudicou a imagem da operação (a ida de Moro e Deltan para a política)"

"A maior parte dos argumentos contra a Lava-Jato são falaciosos. Mas pegam porque a maior parte das pessoas tem preguiça de pensar"

Como aquele conto em que o rei acredita que está vestido, mas está nu. A partir do momento em que a classe política percebeu que todo mundo sabia que eles estavam nus, todos foram na linha "agora eu posso caminhar na nu" porque tanto faz o que vão dizer, todo mundo já sabe mesmo". Entramos numa fase de carnavalesco da política brasileira. Ninguém acredita em mais nada, tudo são versões. E se distribui dinheiro do mesmo jeito. Só que agora estenderam para mecanismos oficiais, como orçamento secreto, emendas parlamentares e outros mecanismos para se apropriar de recursos públicos.

Como avalia a atuação do STF?

O Supremo atuou durante muito tempo de forma consistente, mas pode, sim, ser criticado tecnicamente. Não é infalível, não é Deus. Mas a militância bolsonarista, principalmente deputados, passa dos limites e foi necessário agir em uníssono na sua defesa. Nos Estados Unidos, houve a invasão do Congresso. E quantos daqueles invasores estão sendo julgados na Suprema Corte americana? Nenhum. No caso do 8/1, o Supremo brasileiro julgou cabalmente, motivadamente, a maioria de dois terços, representante comercial. A Constituição é clara, o STF só tem prerrogativa em caso de foro privilegiado. Deviam ser julgados na primeira instância, que é o lugar correto.

O saldo da Lava-Jato é positivo?

A Lava-Jato fez o que era possível, mostrou ao Brasil o que aconteceu. Só não acredito hoje que fosse possível chegar a um termo melhor porque o poder político se sobrepõe ao poder jurídico. Por mais que você tenha todas as armas jurídicas, o poder político vai impor a decisão, pois tem o comando da estrutura dos órgãos públicos.

Fundo de pensão acusa J&F de induzir Toffoli a erro

Para Petros, grupo apresentou narrativa 'repleta de contradições e falsidades' a fim de suspender multa de R\$ 10,3 bi no STF

RAFAEL MORAES MOURA
Obras construídas com o dinheiro

A Petros, fundo de pensão dos trabalhadores da Petros, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) um recurso em que acusa a J&F de omitir informações e apresentar uma narrativa "repleta de contradições e falsidades", com o "claro intuito" de induzir a erro o ministro Dias Toffoli, conforme noticiou o blog da colunista do GLOBO, Maria Caspary.

Em dezembro do ano passado, Toffoli atendeu a um pedido da J&F e suspendeu os pagamentos da multa de R\$ 10,3 bilhões prevista no acordo de leniência fechado pelo grupo dos irmãos Joesley e Wesley Batista em 2017. Do total, a previsão era a de que R\$ 1,75 bilhão fosse destinado para a Petros ao longo de um prazo de 25 anos — o fundo alega ter recebido cerca de R\$ 133 milhões até hoje.

O outro R\$ 1,75 bilhão seria destinado ao Funchel, fundo de

previdência dos empregados da Caixa, que também deixou de receber os recursos com a suspensão da multa e já protocolou seu próprio recurso contra a decisão de Toffoli.

No recurso protocolado na sexta-feira passada, a Petros alega que a decisão de suspender a multa "se encontra evitada de vícios de fundamentação, certamente decorrentes das relevantes por parte da J&F que induziram Sua Excelência a erro, impe-

dindo-o de exercer o escorreito juízo de valor e dar o devido deslinde à controvérsia". O grupo dos irmãos Batista alegou que fechou o acordo

de R\$ 10,3 bi "num período da história brasileira marcada pela violação generalizada de diversos direitos fundamentais, capitaneada pela atuação parcial e nitidamente persecutória de determinados agentes do Estado", o que o teria levado a aceitar "absurdas cláusulas" e a ter de vender ativos para garantir sua sobrevivência, como a Eldorado Celulose.

O acordo que a J&F contesta foi fechado com os procuradores da Operação Green-

field, que investigou crimes de fraude e gestão temerária contra Petros e Funchel. A companhia reconheceu um esquema que teria sido articulado entre 2009 e 2015, tendo como pano de fundo os aportes dos fundos de pensão no FIP Florestal, que tinha entre seus principais acionistas a J&F.

"CONDIÇÃO DE MERCADO"

Por meios de nota, a J&F informou que os investimentos dos fundos de pensão foram feitos "em condições de mercado", geraram lucro e nunca representaram mais de 2% das carteiras de ações. E que, ainda segundo a nota, "Petros e Funchel nunca colhiam qualquer prejuízo da J&F na Justiça".



NEILSON ALFONSO/STF (2)